



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA
PERSPECTIVA INCLUSIVA**

MARIA BETANIA SILVA

**O CONHECIMENTO DE DISCENTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM
MATEMÁTICA A RESPEITO DA SURDEZ: VISÃO DE FUTUROS
DOCENTES**

Campina Grande - PB

2020

MARIA BETANIA SILVA

**O CONHECIMENTO DE DISCENTES DO CURSO DE
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA A RESPEITO DA SURDEZ:
VISÃO DE FUTUROS DOCENTES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre

CAMPINA GRANDE - PB

2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586c Silva, Maria Betania .

O conhecimento de discentes do curso de licenciatura em matemática a respeito da surdez [manuscrito] : visão de futuros docentes / Maria Betania Silva. - 2020.

41 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa , 2020.

"Orientação : Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre , Departamento de Educação - CEDUC."

1. Educação inclusiva. 2. Surdo. 3. Educação especial. 4. Educação matemática. I. Título

21. ed. CDD 371.9

MARIA BETANIA SILVA

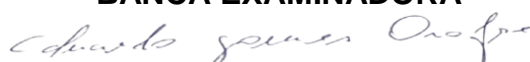
**O CONHECIMENTO DE DISCENTES DO CURSO DE
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA A RESPEITO DA SURDEZ:
VISÃO DE FUTUROS DOCENTES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

Área de concentração: Educação especial na Perspectiva Inclusiva.

Aprovada em:11/11/2020.

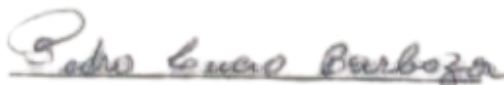
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Zélia Maria Arruda Santiago
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Pedro Lúcio Barbosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

É possível considerar como excluídos todos aqueles que o são no olhar dos atores ocidentais. O excluído seria, pois aquele que é rejeitado para fora dos nossos espaços, dos nossos mercados materiais e/ou simbólicos, para fora dos nossos valores.

Martine Xiberras

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão a Deus que me possibilitou mais uma conquista, como pós-graduada, na área da educação inclusiva, que tenho bastante admiração e o desejo de contribuir dentro do processo de ensino aprendizagem. Se Deus permitir, seguirei por esse caminho, a caminhada não é fácil, porém necessária para que possamos ver todos aqueles que fazem parte do sistema educacional sendo incluídos, sem nenhuma forma de exclusão. Lâmpada para os meus pés Deus, é tua palavra e luz, para meus caminhos.

Aos meus professores da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, que me acompanharam durante esse tempo da pós-graduação, contribuindo para minha formação acadêmica.

Ao meu orientador, Dr. Eduardo Gomes Onofre, que tenho uma admiração imensurável, que durante a semana e finais de semana estava sempre ali quando precisei, me orientando nesse projeto, presente, em todo o tempo. Sendo um exemplo de luta e que nos mostra que é possível vencer e conquistar nossos sonhos.

Aos alunos do 1º ano da graduação de Matemática diurno da Universidade Estadual da Paraíba, que contribuíram para a realização desse sonho.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo investigar a compreensão da surdez na ótica dos alunos do curso de graduação em Matemática da UEPB, pois sabemos que por um longo período o ensino para os surdos foi baseado num modelo clínico em que prevaleciam técnicas que visavam o desenvolvimento da expressão oral, tornando-os segregados do convívio social. Com a crescente proposta de inclusão educacional nos últimos anos tem enfrentado grandes mudanças com relação a educação e uma delas é processo de inclusão do surdo nas instituições de ensino comum. Veremos no referido trabalho leis importantes que contribuíram para garantir a inclusão da pessoa com deficiência, com isso o surdo adquiriu o direito de ter atendimento educacional especializado que necessita junto aos demais alunos ouvintes. Para que o surdo possa ser incluído no ambiente escolar é preciso que essas instituições de ensino façam adaptações para recebe-los de acordo com suas necessidades. A metodologia se define por uma pesquisa qualitativa, os dados foram comumente coletados por meio de um questionário, com isso analisamos, compreendemos e interpretamos sob o olhar dos próprios sujeitos.

Palavras-chave: Inclusão. Surdo. Aluno. Ensino.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo investigar la comprensión de la sordera desde la perspectiva de los estudiantes de pregrado en Matemáticas de la UEPB, porque sabemos que durante mucho tiempo la enseñanza de los sordos se basó en un modelo clínico en el que prevalecieron las técnicas que apuntaban al desarrollo de la expresión oral, haciéndolos segregados de la vida social. Con la creciente propuesta de inclusión educativa en los últimos años, ha enfrentado grandes cambios en relación a la educación y uno de ellos es el proceso de inclusión de los sordos en las instituciones de educación común. Veremos en esa obra importantes leyes que contribuyeron a garantizar la inclusión de las personas con discapacidad, con lo que los sordos adquirieron el derecho a tener asistencia educativa especializada que necesita con los otros estudiantes que escuchan. Para que los sordos puedan ser incluidos en el entorno escolar es necesario que estas instituciones educativas realicen adaptaciones para recibirlos de acuerdo a sus necesidades. La metodología se define mediante una investigación cualitativa, los datos se recopilaron comúnmente a través de un cuestionario, con eso analizamos, entendemos e interpretamos bajo la mirada de los propios sujetos.

Palabras clave: Inclusión. Sordo. Estudiante. Docencia.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1	Extermínio, segregação e inclusão de pessoas com deficiência ao longo da história ocidental.....	11
2.2	A educação matemática nas linhas da educação inclusiva	15
2.3	A noção de surdez e as correntes educacionais oralismo comunicação total e bilinguismo	17
3	PERCURSO METODOLÓGICO	21
3.1	Pesquisa qualitativa	21
3.2	Instrumentos de pesquisa	21
3.3	Cenário e participantes da pesquisa	22
3.4	Análise dos dados	22
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	25
4.1	A pessoa surda no imaginário dos participantes.....	25
4.1.1	<i>Pessoas com necessidades especiais</i>	25
4.1.2	<i>Visão clínica de Surdez</i>	26
4.1.3	<i>Que necessita de aprendizado diferenciado</i>	27
4.1.4	<i>Pessoa com os seus direitos</i>	27
4.1.5	<i>Pessoa invisível</i>	28
4.2	Interação com a pessoa surda	29
4.2.1	<i>Desconhecem a língua de sinais</i>	29
4.2.2	<i>O conhecimento da língua de sinais</i>	30
4.3	O surdo na escola inclusiva ou especial	31
4.3.1	<i>Especial com recursos adequados</i>	31
4.3.2	<i>Na escola regular junto com os ouvintes</i>	32
4.4	Adaptações pedagógicas no campo da matemática.....	33
4.4.1	<i>O desconhecimento de Ações Educativas</i>	33
4.4.2	<i>A libras</i>	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
	REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso intitulado “O conhecimento de discentes do curso de licenciatura em matemática a respeito da surdez: Visão de futuros docentes”. A educação inclusiva é um assunto discutido mundialmente, que traz mudanças políticas, econômicas e socioculturais que refletem no âmbito educacional e ela é responsável pelo atendimento especializado ao aluno e seu público alvo são os alunos que possuem necessidades educativas especiais. Com isso iremos abordar o caminho percorrido da pessoa com deficiência sobre o processo de extermínio, segregação e inclusão ao longo de sua história, na antiguidade e na idade média. “Havia uma valorização em demasia do corpo, principalmente pelos padrões gregos de beleza”. (SOARES; CARNEIRO; ONOFRE, 2018, p.7).

Segundo Aranha (2005), nesse período, “os valores de um homem estavam vinculados aos seus preceitos de beleza e aqueles que não possuíam esses atributos eram considerados diferentes, sendo praticamente exterminados por meio do abandono”. (apud RODRIGUES; LIMA, p.3, 2017). As pessoas com deficiência eram exclusas e vistas pela sociedade como “ineficientes”, não sendo produtiva e o que lhes restara era aceitar essa condição.

Com o passar dos anos surgiram leis que contribuíram com o processo de inclusão das pessoas com deficiência. A declaração dos direitos humanos garante a efetivação dos direitos dos mesmos. Diante dessa busca para incluir as pessoas com deficiência na educação realizou-se em 1994 a declaração de Salamanca, que foi um dos mais importantes documentos que visam a inclusão e de acordo com essa declaração qualquer pessoa com necessidades educativas especiais tem o direito de se expressar conforme desejar, como também de ser consultada sobre a melhor maneira de aprender.

Em nosso País também foi assumido compromissos com a criação de novas leis, como a constituição Federal de 1988,art.208, que define que o atendimento as pessoas com deficiência devem ser dado, preferencialmente, na rede regular de ensino, a lei 10.436, de 24 de abril de 2002 reconhece a língua brasileira de sinais como meio legal de comunicação e expressão do surdo e a lei Brasileira de Inclusão criada em 2015, trouxe um novo conceito de deficiência e garantindo que os direitos das pessoas com deficiência sejam respeitados.

Um dos grandes trunfos da LBI é a mudança de perspectiva sobre a palavra “deficiência”. Antigamente, a visão que existia era de que a deficiência era uma condição das pessoas. Hoje ela é entendida como uma situação dos espaços (físicos ou sociais), que não estão prontos para recebê-las. Sabemos que incluir o surdo nas instituições de ensino regular é oferecer os mesmos direitos que os alunos ouvintes, desenvolvendo o seu potencial desde que consiga se comunicar com os professores e os demais alunos em sala de aula.

O presente trabalho trará a importância do ensino de matemática na perspectiva inclusiva, como forma de proporcionar aos alunos surdos igualdade e oportunidades e um ensino que contemple a todos em sala de aula.

Vygotsky (op. cit., p.117) “propõe que a educação dos surdos seja feita nas escolas regulares, pois o que diferencia os surdos dos normais é um órgão de percepção que pode ser substituído por outro”. (apud FERNANDES e HEALY, 2013, p.352). A linguagem desempenha importante papel na percepção do sujeito, pois o mesmo começa a descobrir o mundo não apenas através dos olhos, mais também da fala, o surdo constrói sua subjetividade e age sobre o mundo através da língua de sinais, sendo as instituições de ensino responsáveis em promover a inclusão desse sujeito em sala de aula regular.

Os surdos enfrentaram ao longo de sua história grandes lutas pela garantia dos seus direitos, desde a exigência da fala ao reconhecimento da língua de sinais. A inclusão do mesmo se apresenta como um fato novo para os docentes e profissionais da educação, surgindo como um grande desafio para todos. Considerando os conflitos existentes no processo de inclusão escolar de estudantes surdos emergiu a seguinte questão: Qual a concepção que futuros professores de matemática têm sobre a pessoa surda?

Diante da referida questão norteadora surgiu o objetivo principal deste estudo: analisar a concepção de universitários do curso de matemática sobre a pessoa surda.

Dessa forma, o presente trabalho está estruturado em metodologia, fundamentação teórica, apresentação e discussão dos resultados e as considerações finais. A metodologia está dividida em (...). A fundamentação teórica tem três capítulos: extermínio, segregação e inclusão de pessoas com deficiência ao longo da história ocidental; a educação matemática na educação

inclusiva; e a noção de surdez e as correntes educacionais oralismo, comunicação total e bilinguismo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Extermínio, segregação e inclusão de pessoas com deficiência ao longo da história ocidental

Vivenciamos um momento em que mundialmente se fala da inclusão educacional nas escolas universidades com o ensino regular, que surgiu para incluir aqueles que são vulneráveis a exclusão. Na antiguidade e na idade média as pessoas com deficiência eram consideradas anormais, pois no imaginário da sociedade dessa época, tais pessoas não tinham seus corpos perfeitos e eram excluídos, isolados, chegando em alguns momentos a serem mortos ou abandonadas em florestas. Segundo Cunha “os anormais eram considerados seres dominados por demônios, por isso deviam ser exterminados”. (2013, p.88).

O começo do culto a forma física perfeita surge na Grécia, onde a preocupação com a forma física era de extrema importância para os gregos que buscavam ter uma forma intelectual e física saudáveis.

Conforme Carneiro, Soares e Onofre,

Na Grécia havia uma valorização em demasia do corpo, principalmente pelos padrões gregos de beleza de saúde, de capacidade atlética e de fertilidade, ainda considerados por muitos, em pleno fervor da contemporaneidade, como parâmetros de referências de idealização corporal”. (2018, p.7).

E aqueles que não possuíam esses atributos, não tinham seus corpos saudáveis, forte e perfeitos e que possuíam qualquer deformidade, seja mental ou corporal não teria lugar na antiguidade, sendo menosprezados, julgados e não merecedores do direito à vida. “Esses padrões sociais da Antiguidade clássica desencadeou o extermínio das pessoas com deficiência, as quais eram mortas e percebidas, por gregos e romanos, como a imagem do mal”. (CARNEIRO; SOARES; ONOFRE,2018, p.9).

Cardoso afirma que, “ao longo da Idade Média, nos países europeus, os ditos deficientes eram associados à imagem do diabo e aos atos de feitiçaria, eram então perseguidos e mortos, pois faziam parte de uma mesma categoria: a dos excluídos”. (2004, p.17). No universo greco-romano aqueles que eram considerados diferentes conforme os valores vigentes da época, tinham seus destinos selados de forma inexorável, sendo associadas ao mal, mortas ou abandonadas a própria sorte, não merecedores do direito à vida.

Conforme relata Jiménez (1993), “ao final do século XVIII e início do século XIX, se inicia nos países escandinavos e na América do Norte o período da institucionalização especializada das pessoas com deficiências”. (apud CARDOSO,2004, p.18). Com isso surge a educação especial, em que a sociedade começa a tomar consciência que as pessoas com deficiência necessitam de atendimento e passam a atendê-los em centros, mais mantendo-os ainda longe da sociedade.

Segundo Correia (1997), “se criaram as denominadas escolas especiais, nas quais a política era separar e isolar aqueles que tinham uma deficiência do grupo principal e majoritário da sociedade”[...].(apud CARDOSO,2004,p.18).Os mesmos eram separados dos demais, sendo inseridos em instituições assistencialistas, que eram construídas longe das povoações, de suas famílias, vizinhos e de toda a sociedade , sendo privados de sua liberdade.

No “início do século XXI um novo conceito de diversidade se estendia, nos campos social e educacional, a educação inclusiva. (FERNANDES; HEALY,2016, p. 30). E aqueles grupos que eram segregados do sistema escolar adquiriram seus direitos estabelecidos por lei, permitindo a convivência e a integração dos alunos com deficiência, reconhecendo e valorizando as diferenças.

O movimento a favor da inclusão foi fortemente impulsionado pela declaração de Salamanca, aprovada pelos representantes de vários países e organizações internacionais, em 1994, defende que os alunos com deficiência sejam matriculados em instituições de ensino regular. “As escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos”. [...]. (BRASIL,1994, p.1).

A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva. [...]. (BRASIL,2020, s/p).

Desse modo, as instituições de ensino se tornam essenciais no combate à exclusão, trabalhando as atitudes discriminatória com os discentes, com a participação de todos os que fazem parte do sistema de ensino, criando assim

um ambiente propício para que os alunos com necessidades educacionais especiais tenham uma educação de qualidade. Os cursos de graduação devem proporcionar espaços que valorizem as diferenças sociais, culturais, físicas e emocionais, que atendam às necessidades dos alunos com deficiência, respeitando o ritmo de aprendizagem e individualidade de cada um.

Conforme Lopes “é importante ter presente que as políticas vão apresentar regras e normativas para que todos sejam incluídos”. (2013, p.110). A política inclusiva centra-se nos eixos da organização social fundamentada legalmente com o objetivo de assegurar os direitos das pessoas com deficiência que eram excluídos, sendo necessário ações bem desenvolvidas e suas execuções para que esses direitos não lhes fossem negados.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, constitui um marco na organização da sociedade civil para promover e defender os direitos dos indivíduos, afirmando que toda pessoa tem direito a educação.

Reconhece que todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos, (art.1), sem distinção de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou qualquer outra situação. [...] (art.2). (BRASIL, 2020).

Essa declaração nos assegura que não pode haver nenhuma forma de discriminação, e que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos, seja a de uma educação de qualidade, de saúde, de se expressar e ao seu desenvolvimento pessoal e social.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2006 (CDPD) abre novo terreno, como primeiro instrumento internacional juridicamente vinculativo para promover especificamente a educação inclusiva como um direito. A declaração de Salamanca, o resultado da conferência mundial sobre necessidades educacionais especiais contribuiu muito para que o Brasil construísse um sistema de inclusão educacional para todos.

Com relação ao surdo, a lei 10.436, de 24 de abril de 2002 reconhece a língua brasileira de sinais como meio legal de comunicação e expressão do surdo, no art.1º estabelece que,

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza

visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL,2002, p.1).

O uso da língua de sinais está sendo reconhecida como caminho necessário para uma efetiva mudança nas condições oferecidas pela instituição de ensino no atendimento dos alunos surdos, não podendo ser ignorado no processo ensino e aprendizagem do educando, se constituindo em um alicerce para sua comunicação, baseando-se no princípio “igualdade de oportunidades” e educação para todos para que a inclusão realmente se efetive.

A constituição federal de 1988 que estabeleceu que no art.3º, inciso IV “Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. No art.5º “todos são iguais perante as leis sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros [...]”. (BRASIL, 1988, s/p).

A Conferência mundial sobre educação para todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, fornece definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, onde as oportunidades devem ser iguais para todos, “a educação é de fundamental importância para o desenvolvimento das pessoas e da sociedade, sendo necessário a tomada de medidas para que a igualdade de acesso à educação das pessoas com deficiência no sistema educativo seja garantida”. [...] (BORGES, 2010, p.15).

Afirmamos com a referida declaração que a educação é para todas as pessoas que são excluídas por ter uma deficiência, as mesmas não devem sofrer nenhum tipo de discriminação e deve haver um compromisso efetivo para que essas leis sejam cumpridas.

A lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146, de 66 de julho de 2015 trouxe mudanças e um novo conceito de deficiência, no art.2º da nova lei, considera-se “pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

No art.1 “assegura e promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”, e o art.3. VI que as pessoas “com deficiência

possam gozar de igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais”. (BRASIL, 2015, s/p).

Esse novo conceito de legislação nos faz enxergar a educação inclusiva, em que as metodologias, espaços e materiais devem ser capaz de atender a todos. Com relação ao aluno surdo é indispensável que o conteúdo e as aulas sejam oferecidos em libras, como a primeira língua, e em português na modalidade escrita. A LBI é uma vitória para nossa legislação e trouxe vários avanços, garantindo que os surdos sejam respeitados, assegurando que os mesmos possam gozar ou exercer em igualdade de condições e oportunidades todos os direitos e liberdades fundamentais.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica CNE/ CEB, N° 02/2001, no art.2 “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às instituições de ensino se organizarem para o atendimento aos educandos com deficiência, assegurando as condições necessárias a uma educação de qualidade para todos”. (BRASIL, 2001, s/p). Antes nós tínhamos a escola especial separada da escola regular, mais com a proposta da inclusão essa separação acaba e todos os alunos com ou sem deficiência são integrados no mesmo contexto escolar.

A educação inclusiva hoje é a realidade gradativamente implantada internacionalmente e nacionalmente que vem muito a beneficiar a todos da sociedade. As instituições de ensino devem refletir sobre suas práticas e espaços, a fim de aprimorar o ensino oferecido, e assim, possibilitar o pleno desenvolvimento e participação dos educandos. A inclusão faz com que os envolvidos tenham outro olhar sobre suas práticas pedagógicas, respeitando a diversidade dos seus alunos.

2.2 A educação matemática nas linhas da educação inclusiva

O termo Educação Matemática Inclusiva tem como direcionamento a inclusão de todos os alunos no processo de construção do conhecimento matemático nas instituições de ensino, permeado e permeando o contexto sócio histórico do sujeito.

Fernandes afirma que “as instituições de ensino precisam de mudanças, provendo de recursos humanos e materiais para que todos os alunos recebam uma educação de qualidade”. (2017, p.82). Com mudanças na infraestrutura, estratégias pedagógicas e recursos didáticos para promover a inclusão do aluno surdo em sala de aula.

Para Gonzáles (2002). [...] “as tecnologias atendem à diversidade, devendo ser contempladas como possibilidade de acesso à participação dos alunos na construção de seu conhecimento e cultura, pois permitem a escolha de uma vida independente e autônoma” (p.184 apud MORAIS; SALGADO,2019, p.72-73). O uso das ferramentas digitais são uma forte aliada na educação dos surdos, podendo ser integradas ao ensino da matemática, favorecendo a aprendizagem e o desenvolvimento dos mesmos. O professor deve conhecer as principais características de seu público alvo, sendo eles alunos ouvintes ou surdos e a partir disso, organizar suas aulas dentro do contexto e da realidade destes, adotando metodologias e estratégias, adequadas e significativas para eles.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais “apontam que não existe um caminho único e melhor para o ensino da matemática, no entanto, conhecer diversas possibilidades de trabalho em sala de aula é fundamental para que o professor construa sua pratica”. (BRASIL,1997, p.33). Com relação ao aluno surdo, a metodologia de ensino utilizada para o surdo e aluno ouvinte é a mesma, embora a linguagem seja diferente.

Para Alves e Matsukura,

Os professores julgam a necessidade da utilização de recursos pedagógicos práticos, específicos, atrativos ao aluno e que os possibilitem superar as suas dificuldades facilitando o caráter geral do trabalho escolar. [...], como recursos equipamentos de tecnologia assistiva. (2012, apud SILVA; CARVALHO, 2017, p.300-301).

As tecnologias assistivas são ferramentas e mecanismos estratégicos e práticos, que oferece possibilidade de inclusão no ensino da matemática, trazendo a inovação desse ensino para os surdos e facilitando a aprendizagem dos mesmos e aliada para facilitar o acesso a comunicação. Para que essa integração aconteça é necessário a participação de todos os envolvidos no

processo de ensino aprendizagem e que o professor em sala de aula busque alternativas adequadas para o processo de inclusão.

O papel das tecnologias assistivas é dar novas expectativas de formação e desenvolvimento aos alunos com necessidades educativas especiais, dando-lhes condições de igualdades, mesmo diante das diferenças.

Conforme Fernandes “é preciso reconhecer que existe várias formas de fazer matemática e cabe a nós, educadores, buscar a mais adequada para atender às particularidades dos nossos alunos”. (2017, p.91). O docente deve instigar seus discentes e realizar a aula com entusiasmo, transmitir confiança e estimular todos os alunos a explorar os temas propostos.

[...] a proposta das escolas inclusivas deve ser oferecer a todos os alunos meios que favoreçam a superação de suas limitações, tornando-os participantes ativos de um sistema educacional equitativo. (FERNANDES,2017, p.92).

Sabemos que tão importante quanto regulamentar a educação inclusiva é executá-la. Por isso, a participação do professor se torna fundamental, pois ele é o mediador direto para tal execução, fazendo com que a aprendizagem da matemática seja significativa para todos os alunos.

2.3 A noção de surdez e as correntes educacionais oralismo, comunicação total e bilinguismo

O surdo fala através da Libras, pois possui uma impossibilidade de ouvir sendo incapaz de desenvolver a linguagem oral. No dicionário podemos observar que a palavra surdez significa: condição daquele que não houve ou houve muito pouco e a surdez causa uma separação entre a pessoa surda e o ouvinte e na maioria das vezes o surdo é visto como inferior diante da sociedade.

Desde a antiguidade os surdos foram estigmatizados e considerados incapazes, sendo comumente excluídos do convívio social. “Ao recordarmos a história dos surdos desde a antiguidade e por toda a idade média, vemos que eles eram vistos como não educáveis e imbecis”. (LACERDA,1998). Identificando a surdez como uma condição patológica, ou seja, uma deficiência, os surdos eram ensinados a falar e proibidos de utilizar qualquer sinal gestual, chegando a ficar com as mãos amarradas para não gesticularem, sendo

reprovada também a interação com outros surdos, entendendo que estes devem socializar com pessoas ouvintes e utilizá-las como modelos.

[...] começa a admitir que os surdos podem aprender através de procedimentos pedagógicos sem que haja interferências sobrenaturais. Surgem relatos de diversos pedagogos que se dispuseram a trabalhar com surdos, apresentando diferentes resultados obtidos com essa prática pedagógica. (LACERDA,1998, s/p).

Os professores procuravam ensinar o surdo a falar e a compreender a língua falada para se comunicar com os ouvintes, sendo criado material pedagógico para se trabalhar com esses alunos que pudesse ajuda-los com a fala e a linguagem. O alfabeto digital era amplamente utilizado, pois acreditava-se o surdo não podia ouvir, mais poderia ler com os olhos e poucos surdos se beneficiavam com essas aulas, apenas filho de pessoas nobres da sociedade.

Conforme Lacerda “podem ser distinguidas nas propostas educacionais vigentes, iniciativas antecedentes do que hoje chamamos de oralismo e outros antecedentes do que chamamos de gestualismo”. (1998, s/p). São propostas distintas, o oralismo visa a integração do surdo na comunidade de ouvintes, que falassem e se comportassem como se não fossem surdos, sendo a língua oral a única forma de comunicação dos surdos e os gestualistas defendiam que os surdos tinham sua linguagem própria, sendo eficaz para a sua comunicação, que era a dos gestos.

Como “representante mais importante do que se conhece como abordagem gestualista está o "método francês de educação de surdos. O abade Charles M. De L'Epée foi o primeiro a estudar uma língua de sinais usada por surdos”. (LACERDA,1998, s/p). Sendo considerado uma das figuras mais relevantes da história dos surdos e o iniciador da educação institucional dos mesmos através uso da língua gestual. Uma das primeiras pessoas a afirmar que os surdos eram cidadão com plenos direitos na sociedade,

De L'Epée criou uma proposta educativa em que os professores deveriam aprender esses sinais para se comunicar com os surdos e a partir daí os mesmos puderam se beneficiar desse trabalho, através de procedimentos pedagógicos, onde os professores ensinava-lhes a falar e a compreender a

língua falada, mais eram poucos os surdos que apreendiam com as aulas, sendo apenas aqueles em que sua família tinha posses.

No congresso de Milão, em 1880, “aconteceram várias mudanças com relação a educação do surdo, sendo a linguagem gestual praticamente banida como forma de comunicação a ser utilizada por pessoas surdas no trabalho educacional”. (LACERDA, 1998, s/p). Com a imposição da oralidade a linguagem gestual dos surdos foi completamente proibida nas escolas, a comunidade surda foi excluída da sala de aula. O oralismo foi uma corrente comunicativa utilizada na comunicação do surdo no século XIX, que durou até 1970, no ensino da língua materna através da imposição da oralização nos processos de aprendizagem do surdo, neste método é proibida qualquer manifestação que se diferencie da fala.

Devido ao descontentamento referente ao uso do oralismo na educação dos surdos, surgiu a “comunicação total” que consiste na utilização dos sinais, leitura orofacial, amplificação e alfabeto digital no ensino da língua materna. “O objetivo é fornecer ao surdo a possibilidade de desenvolver uma comunicação real com seus familiares, professores e coetâneos, para que possa construir seu mundo interno”. (LACERDA, 1998, s/p).

Nessa corrente comunicativa o surdo tem livre arbítrio para escolher qual manifestação de linguagem que lhe é mais adequada para comunicar-se socialmente. Visto que esta foi uma corrente que abriu espaço para o que conhecemos hoje como língua de sinais, assim como a autonomia e independência do surdo e sua inserção na sociedade.

Segundo Lacerda “com o desenvolvimento dessa proposta, estudos sobre línguas de sinais foram se tornando cada vez mais estruturados e com eles foram surgindo também alternativas educacionais orientadas para uma educação bilíngue”. (1998, s/p).

A Lei nº 10.436/02 (BRASIL, 2002), refere-se ao reconhecimento e à legitimidade da Libras em todos os espaços públicos, e também à obrigatoriedade de seu ensino como parte integrante das diretrizes curriculares.[...],o Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005) trata, entre outras providências, sobre educação de surdos.[...].(apud GALASSO et al.,2018, s/p).

As políticas públicas mencionadas acima são voltadas ao aluno surdo, para criar melhores condições de aprendizagem com a ampliação da modalidade

bilingue, garantindo ao surdo a primeira língua materna e em seguida, a segunda língua do país, como forma de garantir a aprendizagem das línguas envolvidas como necessária a educação do mesmo.

No Brasil o ensino bilíngue nas instituições de ensino ainda não é possível, mesmo com as leis e decretos para esse ensino, portanto, quando falamos em educação dos surdos é de extrema importância falarmos do bilinguismo, pois dá acesso ao aluno surdo aprender a libras.

Fernandes (2012, p. 105) indica que o professor bilíngue é o "professor com fluência em Libras que desenvolverá o ensino do português escrito com base em metodologias de ensino de segunda língua". (apud LACERDA et al.,2013, s/p). Para que educação bilíngue se consolide nas instituições de ensino regular é necessário a presença de professores bilíngues, instrutores surdos de Libras e interpretes de Libras em sala de aula.

É necessário oferecer ao aluno surdo formas de aprendizado da língua portuguesa, não ressaltando a diferença no funcionamento linguístico, mas dando ao aluno oportunidades para que se desenvolva social, política, emocional e culturalmente.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 Pesquisa qualitativa

Com a finalidade de alcançar o que propomos na pesquisa, isto é, investigar a compreensão que os alunos do 1º ano do curso de matemática da UEPB tem sobre a surdez, sendo indispensável nesse percurso o método de estudo, visto que, por meio dele é possível cientificamente ,a obtenção dos dados e os procedimentos de análise dos mesmos.

Segundo Martins, “a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la”. (2004, s/p). Para tanto nos apoiamos na pesquisa qualitativa, por ser uma metodologia que estuda aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano.

Na pesquisa qualitativa quanto mais e melhor o pesquisador se apropria de detalhes, melhor será sua compreensão da experiência que foi compartilhada pelo sujeito. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização”. (2009, p.31). A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados que corresponde a um espaço mais profundo das relações, que não podem ser quantificados.

3.2 Instrumento da pesquisa

Com base nas afirmações anteriores, para a realização da nossa pesquisa utilizamos um questionário, com perguntas claras e objetivas como coleta de dados, em que o pesquisador através das informações obtidas irá juntar as informações, compreende-las e mostrar os resultados a partir de suas percepções e compreensão do contexto do problema.

3.3 Cenário e participantes da pesquisa

Nossa pesquisa fora realizada na Universidade Estadual da Paraíba, no dia doze de novembro, na cidade de Campina Grande-Paraíba. Onde a instituição é reconhecida como centro de ensino, pesquisa e extensão, que produz conhecimento para o desenvolvimento da Paraíba e que possui uma diversidade de alunos que vem de todos os lugares, de níveis econômicos diferentes e que possui alunos com vários tipos de deficiência compartilhando com os demais alunos conhecimentos.

O curso de licenciatura Plena em matemática é oferecido à comunidade desde 1967, os alunos que frequentam o curso são egressos de várias cidades do estado da Paraíba e de vários estados da região do Nordeste do Brasil. São centenas de docentes formados pelo Curso de Matemática da UEPB que atuam em todas as regiões do Brasil no ensino fundamental e médio, na graduação e pós graduação. Com o objetivo de oferecer a sociedade licenciados com sólida formação matemática e conhecimentos dos aspectos culturais, sociais, político e econômico da educação.

Os participantes da pesquisa foram 25 alunos do 1º período do curso de matemática diurno da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. Onde alguns já tiveram contato com o surdo em sua trajetória escolar, porém observamos que no curso de matemática do primeiro período todos os alunos são ouvintes.

3.4 Análise dos dados

A presente pesquisa inspirou na análise de conteúdo de Laurence Bardin, para Godoy (1995) “a análise de conteúdo, segundo a perspectiva de Bardin, consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte”. (apud CÂMARA, 2013, p.4). O investigador busca compreender e tenta construir um conhecimento analisando o discurso, a disposição e os termos utilizados pelo sujeito.

Para Bardin (2011), “a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”. (apud CÂMARA, 2013, p.4). Com isso buscamos

após a coleta, trato e análise dos dados apresentar os resultados obtidos, pois aplicamos um questionário, analisamos, compreendemos e interpretamos segundo a opinião dos sujeitos, para maior apreciação e aprofundamento da investigação proposta.

Pesquisa qualitativa é um tipo de investigação de base linguístico-semiótica usada principalmente em ciências sociais, costumam-se considerar técnicas qualitativas todas aquelas entrevistas abertas, grupos de discussão ou técnicas de observação de participantes [...] (BRASIL,2017, s/p).

Sabemos que o questionário estimula o entrevistado a pensar e se expressar livremente sobre o assunto abordado, elaborado com questões simples, possibilita aos participantes respostas espontâneas sem qualquer persuasão da nossa parte, onde os resultados são apresentados por meio de relatórios.

A legislação educacional, por meio da Lei nº 10.098 de 2000, prevê que o Poder Público deve tomar providências no sentido de eliminar as barreiras de comunicação, para garantir aos surdos o acesso à informação, à educação, incluindo a formação de intérpretes de língua de sinais. (GUARINELLO, et.al.,2006, s/p).

A partir dessa premissa, faz-se necessário a preparação e adaptação da instituição de ensino e professores, tendo em vista que esse espaço deve adequar-se ao aluno e não o oposto, a singularidade do aluno deve ser respeitada. Portanto, a falta de preparo e de informação do docente impede sua prática pedagógica sensível as necessidades do aluno surdo, sendo necessário investir em materiais pedagógicos adaptados capacitação do professor e na especialização do interprete de língua de sinais na área da educação.

Sabemos que a presença do interprete de língua de sinais não é suficiente para uma inclusão satisfatória, “sendo necessária uma série de outras providências para que este aluno possa ser atendido adequadamente: adequação curricular, aspectos didáticos e metodológicos, conhecimentos sobre a surdez e sobre a língua de sinais, entre outros”. (LACERDA, 2006, s/p).

A desinformação dos professores, o desconhecimento sobre a surdez e sobre o modo de atendimento adequado mostra a fragilidade das instituições de ensino regular em relação a inclusão do surdo.

Vygotsky (2002) afirma que,

A construção do conhecimento acontece a partir do processo de interação entre as pessoas, que pode ser entre aluno-aluno ou professor-aluno, desde que os indivíduos saibam mais do que o outro e ofereça condições de facilitar a aprendizagem do outro. (apud SOBREIRA, 2017, p.42).

O conhecimento é construído a partir da interação entre o homem e o meio, o surdo e ouvinte possuem linguagens distintas e as interações que ocorrem naturalmente no ambiente escolar quase não acontece, sendo necessário que esses espaços possibilite o desenvolvimento desses indivíduos pelas interações sociais.

A libras é fundamental no processo de inclusão do aluno surdo, o ensino de libras nas escolas deve ser obrigatório, pois garantiria a todos os alunos o conhecimento da língua de sinais e ambos poderiam trocar experiências e conhecimentos.

Concluimos que o caminho ainda é longo para que o surdo seja realmente incluído no sistema de ensino comum pois vemos que esses espaços não estão preparados para receber os mesmos e que há um desajuste entre as leis e as práticas de inserção desses alunos ,com mais um aluno surdo dentro de uma sala de aula ,em uma escola pensada por ouvintes e para ouvintes.

Com isso vemos que é preciso criar meios mais eficazes para garantir a inserção do surdo no ensino regular, que lhe assegure uma educação que contemple suas especificidades e garanta seus direitos. Portanto a nossa caminhada metodológica, além de nos ajudar na condução da pesquisa, nos deu credibilidade nos resultados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esse item tem a finalidade de mostrar os resultados da entrevista feito pelos alunos que estão cursando o 1º período do curso de matemática, no turno da manhã, na universidade estadual da Paraíba-UEPB. A partir do referido instrumento metodológico, criamos as categorias seguintes:

4.1 A pessoa surda no imaginário dos participantes

4.1.1 Pessoas com necessidades especiais

Nessa categoria, destacamos as seguintes respostas:

Sujeito 1: Uma pessoa como qualquer outra, mais não escuta e por isso precisa de atenção.

Sujeito 2: Comum como qualquer outra, mais precisa de cuidados e atenção especial.

Sujeito 12: Pessoa que necessita de atenção especial.

Sujeito 13: Precisa de cuidados especiais.

Sujeito 14: Possui limitações e necessidades que precisam de atendimento especial.

Sujeito 15: Pessoa que precisa de atenção em sala de aula.

Sujeito 24: Pessoa que precisa de uma educação inclusiva, pois precisa de uma atenção especial.

Ao analisar as respostas dos sujeitos observamos que os mesmos vêm que o surdo possui uma limitação e que precisa de atenção especial dentro das instituições de ensino. O S24 diz que o surdo precisa de uma educação inclusiva. Essa proposta garante o acesso, a participação e a aprendizagem das pessoas com deficiência.

Correia (2013), preconiza que “a educação inclusiva aconteça nas instituições de ensino, procurando uma cultura de escola e de sala de aula que, partindo da diversidade como lema, tenha como objetivo primeiro o desenvolvimento global dos alunos”. (apud SANCHES; SILVA, 2019, s/p). As universidades devem se organizar para garantir aos alunos surdos a participação das diversas situações de aprendizagem, dentro e fora da sala de aula.

Para Sanches e Silva “o princípio da inclusão apela, portanto, para uma educação inclusiva que pretende, de um modo geral, que todos os alunos, com as mais diversas capacidades, interesses, características e necessidades possam aprender juntos”. (2019, s/p). Com o surdo em classes regulares, obtendo a mesma igualdade e oportunidades que os demais alunos ouvintes, garantindo o seu sucesso escolar. O aluno surdo necessita de atendimento educativo especial para se desenvolver igual aos alunos ouvintes, esses espaços escolares devem assegurar o acesso, a participação e a aprendizagem dos sujeitos, permitindo a convivência e a integração dos mesmos.

4.1.2 Visão clínica de surdez

Sujeito 5: que não escuta.

Sujeito 6: Uma pessoa que não ouve.

Sujeito 7: Que tem deficiência auditiva.

Sujeito 10: Pessoa que tem dificuldade de ouvir e de se comunicar.

Sujeito 20: Pessoa que não consegue ouvir o que os ouvintes falam.

Sujeito 22: Pessoa que tem deficiência auditiva

Sujeito 23: Pessoa que não possui audição e que não consegue ouvir sons.

Sujeito 25: Que possui perda total da audição em ambos os ouvidos.

Ao analisar as respostas observamos que os sujeitos tem uma compreensão médica da surdez, o S22 diz que o surdo tem uma deficiência auditiva e o S25 que o surdo tem perda total de audição em ambos os ouvidos.

A surdez ainda está associada a experiência de falta, a deficiência. Góes (1996), afirma “que os sujeitos surdos pela defasagem auditiva enfrentam dificuldades para entrar em contato com a língua do grupo social no qual estão inseridos”. (apud LACERDA, 2006). Esse sujeito tem uma perda de decibéis que o impossibilita de adquirir uma manifestação linguística e por ter a ausência total de audição se comunica através da Língua de sinais para interagir com os ouvintes.

Segundo Onofre “no nosso cotidiano, encontramos com sujeitos que se comunicam com as mãos ou falam com a ajuda de aparelhos fonéticos, há igualmente aqueles que leem com os dedos e outros com os olhos”. (2017, p.21). Sabemos que o surdo percebe o mundo de forma diferenciada dos ouvintes, através de uma experiência visual e faz uso de uma linguagem específica para isso, a língua de sinais. Embora o surdo se depare com muitas dificuldades

devido aos aspectos de desenvolvimento linguístico, suas potencialidades de desenvolvimento da estrutura e funções cognitivas são as mesmas que os ouvintes.

4.1.3 Que necessita de aprendizado diferenciado

Sujeito 3: Uma pessoa normal que tem uma deficiência auditiva.

Sujeito 4: Pessoa que contém capacidades de aprendizado como qualquer outra.

Sujeito 8: Pessoa com as mesmas capacidades de aprendizado que as demais, porém necessita de atenção especial.

Sujeito 9: Uma pessoa normal, que deve ter o mesmo ensino que nós ouvintes.

Sujeito 11: Uma pessoa normal, com os mesmos direitos.

Sujeito 18: Pessoa com dificuldades e limitações, mais com qualidades que podem ser desenvolvidas em sala de aula.

Sujeito 19: Tem uma necessidade especial e precisa de ajuda para ser inserido na sociedade.

Sujeito 21: Pessoa que se comunica de forma diferente, através de gestos.

Ao analisar as respostas dessa categoria, destacamos o sujeito 3: Uma pessoa normal que tem uma deficiência auditiva; sujeito 9: Uma pessoa normal, que deve ter o mesmo ensino que nós ouvintes; sujeito 18: Pessoa com dificuldades e limitações, mas com qualidades que podem ser desenvolvidas em sala de aula e o sujeito 21: Pessoa que se comunica de forma diferente, através de gestos.

Góes afirma que os sujeitos surdos pela defasagem auditiva enfrentam dificuldades para entrar em contato com a língua do grupo social no qual estão inseridos. (1996 apud LACERDA, 2006). A surdez é a perda parcial ou total da capacidade de detectar sons e é considerado surdo todo aquele que tem perda total da audição e que não houve nada.

A linguagem é adquirida na vida social e é com ela que o sujeito se constitui como tal, com suas características humanas, diferenciando-se dos demais animais. É no contato com a linguagem, integrando uma sociedade que faz uso dela, que o sujeito a adquire. (LACERDA, 2006. s/p).

A linguagem desempenha um papel importante em nossas vidas, pois é através dela que começamos a perceber o mundo que nos cerca e com o surdo não é diferente, pois o mesmo fala com as mãos através da língua de sinais.

4.1.4 Pessoa com os seus direitos

Sujeito 9: Uma pessoa normal, que deve ter o mesmo ensino que nós ouvintes.

Sujeito 17: Que deve ter o mesmo ensino que o ouvinte.

Nessa categoria vemos que os sujeitos afirmam que o aluno surdo deve ter o mesmo ensino que os alunos ouvintes. declaração de Salamanca (UNESCO,1994, s/p), afirma que “as escolas inclusivas devem reconhecer as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos”. Para que ocorra o processo de inclusão nas instituições de ensino, é necessário reconhecer as necessidades desses alunos e garantir oportunidades de ensino para que os mesmos possam se desenvolver dentro do ambiente escolar.

Conforme Correia (2013). “Preconiza-se que a educação inclusiva aconteça nas instituições de ensino, procurando uma cultura de escola e de sala de aula que, partindo da diversidade como lema, tenha como objetivo primeiro o desenvolvimento global dos alunos”. (apud SANCHES; SILVA, 2019, s/p). Em que a universidade possa garantir aos alunos surdos a participação das diversas situações de aprendizagem, dentro e fora da sala de aula.

Para Sanches e Silva “o princípio da inclusão apela, portanto, para uma educação inclusiva que pretende, de um modo geral, que todos os alunos, com as mais diversas capacidades, interesses, características e necessidades possam aprender juntos”. (2019, s/p). Com os surdos em classes regulares, obtendo a mesma igualdade e oportunidades que os demais alunos ouvintes, garantindo o seu sucesso escolar.

4.1.5 Pessoa invisível

Sujeito 16: Não tem muitos privilégios em relação ao ouvinte, por se comunicar por gestos, não conseguimos entender.

Ao analisar a resposta do sujeito vemos que o surdo por ter uma língua pouco reconhecida dentro da sociedade, mesmo com a representatividade legal conquistada, o modo como esse sujeito interage, pelos gestos manuais e expressões faciais, torna-os invisíveis.

Segundo Onofre “a diversidade incomoda a sociedade dominante. Sociedade que estabelece normas de condutas. Cria conceitos de normalidade

e anormalidade”. (2017, p.13). Ou seja, a sociedade é quem estabelece aquilo que é normal e anormal, em se tratando de língua de sinais, a linguagem oral é imperativa e a linguagem utilizada pelo surdo se torna inferior, deixando-os invisíveis para a sociedade.

Para Dizeu e Caporali “a nossa sociedade não está preparada para receber o indivíduo surdo, não lhe oferecendo condições para que se desenvolva e consolide sua linguagem”. (2005, s/p). A sociedade está inserida em uma realidade que exclui o surdo e coloca a libras como uma língua inferior. A proposta bilingue busca a valorização na mesma medida das duas línguas utilizadas na educação dos surdos, sendo a que mais se aproxima do respeito ao sujeito surdo em sua identidade e cultura,

4.2 Interação com a pessoa surda

4.2.1 Desconhecem a língua de sinais

Sujeito 1: Não ocorreu, pela maneira como o surdo se expressa.

Sujeito 2: Não

Sujeito 3: Quase não aconteceu, pois não conheço a língua de sinais direito.

Sujeito 4: Não, pois falávamos através de gestos, mais o surdo acabava não entendendo.

Sujeito 7: Não tive essa experiencia.

Sujeito 8: Não.

Sujeito 9: Não.

Sujeito 6: Não ocorreu por que eu tinha de adivinhar o que ele está falando.

Sujeito 14: Não houve a interação, pois não conheço a libras.

Sujeito 17:Foi difícil a comunicação, por não conheço a língua de sinais.

Sujeito 18: Nunca interagi com o surdo.

Sujeito 20: Não.

Sujeito 22: Nunca tive contato com o surdo.

Sujeito 23:Não.

Ao analisar a resposta dos sujeitos vemos que interação com o surdo não ocorreu pois desconhecem a libras. isso nos mostra que o surdo é quase invisível pelo grupo de ouvintes. O S3, S14 e S16 afirmam que não conhecem a libras e isso dificulta a comunicação entre ambos, pois uma das principais características da pessoa surda é a surdez.

Segundo Quadros e Karnopp,

As línguas de sinais são de modalidade viso espacial, pois o sistema de signos compartilhados é recebido pelos olhos, e sua produção é realizada pelas mãos, no espaço. São reconhecidas como línguas pela linguística, que lhes atribui o conceito de línguas naturais e não as considera "problema do surdo" ou "patologia da linguagem". (2004, apud DUARTE et al., 2013, s/p).

A linguagem desempenha um papel importante em nossas vidas, pois é através dela que começamos a perceber o mundo que nos cerca e com o surdo não é diferente, pois o mesmo fala através das libras, com gestos manuais e expressões faciais. A língua de sinais deve ser compreendida pelo ouvinte para que ocorra uma comunicação efetiva entre ambos e que seu modo de comunicação seja respeitado na sociedade.

4.2.2 O conhecimento da língua de sinais

Sujeito 19: Sim, Falava através de gestos com as mãos.

sujeito 25: O contato foi pouco, mais consegui me comunicar pois tenho conhecimento de sua língua.

Sujeito 5: Sim aconteceu, havia um surdo no meu emprego e eu consegui aprender a libras.

Sujeito 10: Sim, meu avô é surdo, mais a comunicação é um pouco complexa.

Sujeito 11: Me comuniquéi com pessoas surdas e foi tranquilo pois conheço a libras.

Sujeito 12: Aprendi alguns sinais e isso ajudou na minha comunicação.

Sujeito 13: Conheço a libras e isso me permitiu ter o contato com o surdo.

Sujeito 15: Aprendi muito quando interagi com o surdo na escola que estudei o fundamental.

Sujeito 16: Tive contato com alguns surdos e isso possibilitou eu interagir com eles.

Sujeito 21: Fiz dois cursos de libras que me proporcionou aprender me comunicar com o surdo.

Sujeito 24: Consegui interagi porque aprendi alguns sinais na universidade, na disciplina de libras.

Analisando as respostas percebe-se que os sujeitos interagiram com o surdo em algum momento de suas vidas, essa interação aconteceu devido ao conhecimento que os mesmos possuem da língua de sinais. O S24 respondeu que a interação ocorreu devido a disciplina de libras na universidade e isso nos mostra a importância da disciplina nas instituições de ensino.

“A inclusão da disciplina de Libras no ensino superior é fundamental, uma vez que pode auxiliar os futuros docentes na compreensão de seus alunos surdos e na interação mais efetiva em sala de aula. (IACHINSKI et al.,2019, s/p). O conhecimento da língua de sinais por parte dos profissionais é essencial,

principalmente para os futuros educadores que atuarão com crianças e adolescente surdos no ensino regular.

A obrigatoriedade da disciplina de Libras nas licenciaturas é relevante tanto para a desmistificação de conceitos equivocados a respeito da surdez, quanto para o favorecimento dos futuros professores no uso de uma prática pedagógica mais eficaz que beneficie pessoas com surdez na escola regular e a difusão da língua de sinais neste ambiente.(IACHINSKI et al., 2019, s/p).

As instituições de ensino devem ser locais de inclusão e integração, respeitando as diferenças dos discentes e eliminando as barreiras de comunicação e garantindo a inclusão do surdo na sociedade.

Segundo Silva (1999, p. 22),” Vygotsky afirma que é por meio da linguagem que o indivíduo ingressa em uma sociedade, internaliza conhecimento e modos de ação, organiza e estrutura seu pensamento”. (apud VARGAS; GOBARA, 2014, p.452). O surdo se comunica pela língua de sinais e através dela é capaz de expressar qualquer assunto do seu interesse e conhecimento. O surdo e o ouvinte vivem dentro de uma sociedade e que em algum momento irão interagir uns com os outros, sendo extremamente importante que o ouvinte tenha conhecimento da língua de sinais para se comunicar com o surdo.

4.3 O surdo na escola inclusiva ou especial

4.3.1 Especial com recursos adequados

Sujeito 1: Especial.

Sujeito 9: Especial, na escola regular o surdo não tem apoio adequado.

Sujeito 11: Especial, para ter um aprendizado adequado.

Sujeito 19: Especial, pois não se encaixam com alunos ouvintes, um ou outro acabam se atrasando nos estudos.

Sujeito 24: Na escola especial, com condições adequadas.

Sujeito 25: Escola especial, com profissionais adequados, pois o professor da sala regular não sabe interagir com o surdo.

Segundo os sujeitos o aluno surdo deve estar na escola especial, a defesa deste modelo pelos discentes favorece a estigmatização e a discriminação com relação ao surdo, em que o modelo inclusivo se sustenta em uma filosofia que advoga a solidariedade e o respeito mútuo, acolhendo todas pessoas, sem nenhuma forma de discriminação. Para os sujeitos s11, s24 e s25, o surdo deve permanecer na escola especial, com condições e professores adequados.

A LDB, Lei n. 394/96, que tratam da educação especial, ou seja, sobre os alunos com necessidades educativas especiais, essa modalidade de educação escolar deve ser oferecida preferencialmente na rede regular. No art. 22, encontramos que “a educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer meios para progredir no trabalho e estudos posteriores”. Isso confirma e embasa ao dizer que a educação é para todos, dando abertura ao que chamamos de inclusão escolar.

Silveira Bueno (1994), Massota (1996) e Sasaki (1997), “argumentam que todos os alunos devem ter as mesmas oportunidades, de frequentar escolas regulares, com atendimento educacional especializado adequado às capacidades dos diferentes alunos”. (apud LACERDA, 2006, s/p). A educação inclusiva trouxe mudanças para o sistema educacional, antes por ser um sistema excludente e segregado, para um sistema educacional que se compromete com a qualidade e eficiência, oferecendo suporte aos professores, para que o atendimento seja o melhor possível.

4.3.2 Na escola regular junto com os ouvintes

Sujeito 2: Ela deveria ser educada por um profissional especializado numa instituição regular.

Sujeito 3: Na escola regular.

Sujeito 4: Na escola regular.

Sujeito 5: Na escola regular com interprete em sala.

Sujeito 6: Escola regular.

Sujeito 7: Regular, porém com as devidas necessidades atendidas.

Sujeito 8: A escola regular deve ser acessível para essas pessoas.

Sujeito 10: Regular, para ser incluído com os ouvintes.

Sujeito 12: Regular, com profissionais adequados.

Sujeito 13: Regular, com interprete de língua de sinais em sala.

Sujeito 14: Na escola regular, com atendimento específico.

Sujeito 15: Na escola regular, pois todos tem que aprender juntos.

Sujeito 16: Regular, com estrutura para atender suas necessidades.

Sujeito 17: Na escola regular, pois todos tem o mesmo direitos.

Sujeito 18: Regular, com profissionais qualificados para ajudar no desenvolvimento do surdo.

Sujeito 20: Regular, é um direito do surdo adquirido por lei.

Sujeito 21: Na escola regular, com interprete em sala de aula.

Sujeito 22: Regular com interprete em sala de aula.

Sujeito 23: Regular, com profissionais capacitados para esta função.

Os sujeitos responderam que o surdo deve estar no ensino regular, partilhando junto com os ouvintes o conhecimento, assegurando a igualdade e oportunidade para todos.

A Lei nº 13.146/15, veio promover a igualdade e os direitos das pessoas com deficiência, ao pensarmos em educação inclusiva, é necessário que todos sejam incluídos e a LBI assegurou ao surdo os seus direitos e o exercício da sua cidadania.

Correia (2013), “recomenda que a educação inclusiva nas instituições de ensino, procurando uma cultura de escola e de sala de aula que, partindo da diversidade como lema, tenha como principal objetivo o desenvolvimento dos discentes”. (apud SANCHES; SILVA,2019). As universidades devem garantir ao aluno surdo sua participação nas diversas situações de aprendizagem, pois a educação inclusiva é um processo que se amplia a participação de todos.

Para Lacerda (2002, p.121), “os modos como as práticas com a participação do intérprete efetivamente se dão em sala de aula são fundamentais para a evolução e o bom andamento de uma proposta de inclusão minimamente consequente” (apud OLIVEIRA; LIMA,2019, s/p). A proposta da inclusão esta respaldada na presença do interprete em língua de sinais para servir como mediador entre o professor e o aluno, mais para que o surdo tenha esses direitos estabelecidos por lei é necessário que esses profissionais estejam preparados para garantir a qualidade da educação dos mesmos e promover o aprendizado e a interação do surdo na sala de aula.

4.4 Adaptações pedagógicas no campo da matemática

4.4.1 O desconhecimento de Ações Educativas

Sujeito 1: Não conheço.

Sujeito 3: Não conheço, temos no curso apenas uma disciplina de libras para preparar o docente.

Sujeito 4: Não conheço.

Sujeito 5: Não.

Sujeito 6: Não.

Sujeito 7: Ainda não conheço.

Sujeito 9: Não.

Sujeito 10: Não

Sujeito 12: Não, infelizmente.

Sujeito 13: Ainda não conheço.

Sujeito 14: Não conheço.

Sujeito 15: Não conheço sobre as ações de aprendizagem para o surdo.

Sujeito 16: Não.

Sujeito 17: Não conheço.

Sujeito 18: Desconheço.

Sujeito 19: Não conheço.

Sujeito 20: Não.

Sujeito 23: Desconheço

Os sujeitos acima desconhecem as ações pedagógicas na matemática para promover o ensino inclusivo ao surdo. A percepção dos discentes ao utilizar a palavra " não conheço", nos mostra falhas na efetividade do ensino.

Avanços tecnológicos também têm favorecido o crescimento de um outro tipo de tecnologia, cujos recursos, disponibilizados na escola inclusiva, possibilitam a superação de obstáculos e barreiras decorrentes de comprometimentos, até bastante severos, das funções motoras, sensoriais ou de comunicação, dos estudantes com alguma deficiência. (GALVÃO, 2016, s/p).

O papel das tecnologias assistivas é dar novas expectativas de formação e desenvolvimento aos alunos com necessidades educativas especiais, dando-lhes condições de igualdades, mesmo diante das diferenças. Proporcionando ao surdo atuar em sala de aula ativamente na construção da sua aprendizagem, otimizando suas potencialidades.

O uso de materiais bilingue é uma ferramenta de grande importância para promover a inclusão dos alunos surdos, visto que em nosso País o uso desses recursos é escasso dentro das instituições de ensino, ficando somente com a exposição da aula interpretada, sem a possibilidade de revisar os conteúdos e estudar a partir de materiais didáticos produzidos em Libras. (GALASSO et al., 2018, s/p).

A proposta da educação bilingue deve ser estendida a acessibilidade do surdo com as tecnologias digitais, capacitando-o para ler textos e evitando que os problemas da educação dos mesmos sejam transferidos para a internet. As instituições de ensino devem se adequar ao aluno, valorizar a diversidade, criando espaços para o desenvolvimento do ouvinte e do surdo e propor atividades integradas para ambos, respeitando as diferenças.

4.4.2 A libras

Sujeito 2: A língua de sinais.

Sujeito 8: Apenas o uso da linguagem de libras.

Sujeito 11: Sim, a língua de sinais.

Sujeito 21: Sim, a linguagem do surdo.

Sujeito 22: A língua de sinais.

Sujeito 24: Sim, são escolas que promovem um ambiente propício para aprendizagem.

Sujeito 25: A libras e a gramática para os surdos.

Com base nessas informações vemos a importância do ensino superior se aperfeiçoar, como defende as políticas públicas, os sujeitos e as instituições precisam de mudanças.

Segundo Fernandes “essas mudanças referem-se à infraestrutura, aos recursos didáticos, às estratégias pedagógicas e até ao próprio currículo utilizado em situações de ensino e de aprendizagem”. (2017, p.82). O aluno surdo necessita de novas metodologias e recursos didáticos diferenciados, por requerer situações consistentes para o completo entendimento dos conteúdos matemáticos.

Conforme Onofre (2017), muitos são os educadores que não conhecem e não compreendem as habilidades dos alunos com uma deficiência, a exemplo dos surdos que devem dominar a língua de sinais e através dessa língua desenvolver todas as habilidades para se desenvolverem no âmbito cognitivo, afetivo e social. (p.19). Assim sendo, cabe as instituições de ensino voltar seus olhos especialmente para seus educadores, devolvendo-lhes a dignidade necessária e a ousadia diante do ato de educar, pois as mudanças necessárias para a educação de qualidade se manifestam primeiro diante da quebra de paradigmas internos, crenças e valores arraigados ao ato de ensinar.

Quando professores tomam consciência destas novas perspectivas, dão o primeiro passo para a mudança e se tornam agentes transformadores.

Para Dorziat (2004),

[...] a inclusão social de pessoas surdas, objetivando sua participação social efetiva, depende de uma organização das escolas considerando três critérios: a interação por meio da língua de sinais, a valorização de conteúdos escolares e a relação conteúdo-cultura surda. (apud GUARINELLO et al.,2006, s/p).

As instituições de ensino devem se adequar aos alunos, valorizar a diversidade, criando espaços para o desenvolvimento do ouvinte e do surdo e propor atividades integradas para ambos, respeitando as diferenças. Além disso, a utilização correta e detalhada da língua brasileira de sinais pelo intérprete para a explicação de conteúdos matemáticos, faz com que o surdo consiga captar as explicações e encontre a solução dos problemas, pois não basta apenas a universidade abrir as portas e deixar esse sujeito à mercê dentro da instituição, mais possibilitar que os mesmos participem das aulas de maneira ativa e consciente no meio social.

Machado (2002), enfatiza que “as instituições de ensino não possuem métodos de ensino pensados a partir da especificidade da Libras e da cultura surda”. (apud GALASSO et al.,2018, s/p). Quando esses espaços não possibilita uma aprendizagem conforme a necessidade educativa especial desses alunos, a proposta de educação inclusiva se torna ineficaz.

Para Moraes e Salgado, “pensar em uma escola para todos, capaz de atender alunos eficientemente diferentes significa disponibilizar cada vez mais recursos tecnológicos digitais que auxiliem a prática docente”. (2019, p.73). Mudanças e inovações são esperadas do ambiente escolar, com melhores espaços, laboratórios e material didático, professores capacitados. Não basta apenas as instituições de ensino abrir as portas e deixar o surdo à mercê em sala de aula, mais possibilitar que os mesmos participem de maneira ativa e consciente no meio social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desse trabalho foi possível percebermos que a educação de surdos é antiga, travada de muitas lutas, cercada de preconceitos, porém só veio ganhar destaque depois de muitas discussões no campo, com abordagem nacional e internacional visando dar atenção especial a educação do surdo e veio se efetivar com as políticas pública de educação inclusiva.

Com a inclusão as diferenças não são vistas como problemas, mais como diversidade, partindo dessa realidade social é preciso ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência para todos. A partir desses avanços na educação de surdos, foi alcançada grandes conquistas, como a oficialização da língua de sinais, como língua natural do povo surdo, bem como a inclusão desses alunos no ensino regular e assim abrindo discussões fundamentais para o processo de ensino/aprendizagem desses alunos.

O referente estudo nos mostra que os discentes de graduação do 1º período de matemática tem pouco ou nenhum conhecimento sobre o surdo, desconhecem sua identidade, a língua de sinais, seus direitos estabelecidos por lei com relação a permanência do mesmo no ensino regular, mostrando com isso a importância do ensino da língua de sinais, para promover o diálogo, a interação entre a pessoa ouvinte e o surdo. Para isso, a inclusão, concebida como um processo, para se efetivar precisa do envolvimento dos docentes, de conhecimentos, de políticas públicas, de reestruturação dos sistemas educacionais e das escolas que dele fazem parte.

O professor tem um papel fundamental no processo escolar, garantindo ao aluno surdo o direito a uma educação de qualidade, com uma proposta educacional que inclui, onde todos os envolvidos tenham consciência do respeito as diferenças. As diferenças devem ser extintas porque a instituição de ensino é um espaço diversificado, com um ensino que promova a inserção desse grupo de forma que seja garantido os mesmos direitos de aprendizagem que os ouvintes.

Conclui-se que ainda há um longo caminho a percorrer para a inclusão do surdo, a Libras é a primeira língua dos surdos, a sua forma de comunicar mais eficiente. Contudo, será sempre limitada, dado o reduzido número de pessoas, para além dos surdos, que a dominam, sendo necessário quebrar as barreiras

do preconceito, com as instituições de ensino e professores preparados, para depois incluir.

Para seguirmos esse caminho, primeiramente é necessário que todos os envolvidos aprendam a Libras, onde as marcas de domínio de uma língua sobre a outra devem ser eliminadas e a língua de sinais seja tão importante para o surdo quanto à linguagem oral para o ouvinte.

REFERÊNCIAS

AURÉLIO. **Minidicionário Escolar de Língua Portuguesa**. 1ª edição, Ciranda Cultural, Brasil, 2009.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. MEC, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf> . Acesso em: 04/04/2020 às 09h:00min.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: matemática**. MEC, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> . Acesso em: 06/04/2020 às 18h:30min.

BRASIL. **Lei n.13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22/10/20 às 15h:00min.

BRASIL. **Declaração de Salamanca sobre os princípios, políticas e práticas na área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: MEC, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 26/10/2020 às 12h:00min.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2018. Disponível em: <https://institutolegado.org/blog/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-integra>. Acesso em: 28/10/2020 às 11h:00min.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 07/10/20 às 19h:20min.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08/04/20 às 11h:00min.

BRASIL. **Lei n.13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 12/10/20 às 9h:30min.

CÂMARA, Rossana Hoffman. **Análise de conteúdo**: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Brasília, 2013, pp. 1-13. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>. Acesso em: 16/08/20 às 19h:42min.

BORGES, Rosana Stevanato. **A deficiência na perspectiva de Vygotsky**. Trabalho de Conclusão de curso (Licenciatura Plena) -Universidade Estadual de Maringá-CRC, CIA NORTE,2010.

CARDOSO, Marilene da Silva. Aspectos Históricos da Educação Especial: Da Exclusão a Inclusão-Uma Longa Caminhada. STOBASUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mourino. (Org.). **Educação especial**: em direção à educação inclusiva / Organizadores Claus Dieter Stobaus, Juan José Mourino Mosquera. – 2. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

DIZEU, Liliâne Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. **A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito**. Educ.soc.vol.26, n.91,2005.Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000200014. Acesso em: 07/10/20 às 22h:00min.

DUARTE, Soraya Bianca Reis et al. **Aspectos históricos e socioculturais da população surda**. Hist.cienc. Saude,vol.20,n.4,2013.Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid. Acesso em: 07/10/20 às 23h:10min.

FERNANDES, Solange H.A.; LULU, Healy. **Expressando Generalizações em Libras**: Álgebra nas mãos de aprendizes surdos.2013.Cad.CEDES,vol.33,n.91,p.349-368.Disponível em:
<http://www.matematicainclusiva.net.br/pdf/EXPRESSANDO%20GENERALIZAC OES%20EM%20LIBRAS.pdf>. Acesso em 22/10/20 às 17h:00min.

FILHO, Galvão Téofilo. **Deficiência Intelectual e Tecnologias no Contexto da Escola Inclusiva**. 2016. Disponível em:
http://www.galvaofilho.net/DI_tecnologias.htm. Acesso em: 08/10/20 às 13h:00min.

GALASSO, Bruno José Betti et al. **Processo de Produção de Materiais Didáticos Bilíngues do Instituto Nacional de Educação de Surdos**. Rev.bras.educ.espec.vol.24, n.1,2018. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000100059. Acesso em: 23/10/20 às 18h:00min.

GUARINELLO, Ana Cristina et al. **A inserção do aluno surdo no ensino regular**: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná. Rev. bras. educ. espec. vol.12 n.3,2006. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382006000300003&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 23/10/20 às 21h:30min.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Toufo. **Métodos de Pesquisa**. 1º edição. Ed. Eletrônica, Rio Grande do Sul,2009.

IACHINSKI, Luci Teixeira et al. **A Inclusão da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura**: Visão do futuro docente. Commun. Rev. São

Paulo,v.24, Mar.28,2019.Disponível em:
<https://www.scielo.br/scielo.php?script=scit>. Acesso em: 29/10/20 às 21h:15min.

LACERDA, Cristina Bróglia F. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Cad. CEDES. [online].1998, vol.19, n.46.Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32621998000300007&script=sci_arttext.Acesso em :18/10/2020 às 12h:00min.

LACERDA, Cristina Broglia F. de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**.2006. Cad. CEDES, v.26,n.69.Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci> . Acesso em: 06/10/20 às 22h:00min.

LACERDA, Cristina B.F. de.et al. **Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo**. Educ.Pesqui.v.39, n.1, 2013.Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid. Acesso em: 09/10/20 às 15h:00min.

LOPES, Sonia de Castro; FREITAS, Geise de Moura. **A construção do projeto bilíngue para surdos no Instituto Nacional de Educação de Surdos na década de 1990**. 2016, Rev. Bras. Estud.Pedagog. v.17, n.246.Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812016000200372#B15.Acesso em: 27/09/20 às 23h:30min.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia de Pesquisa Qualitativa**.2004, Educ.pesqui.vol.30, n.2, s/p. Disponível em < <https://www.scielo.br/scielo> > acesso em 28/09/20 às 17 h : 00 min.

MORAIS, Tula M.R.; SALGADO, Talita F.A.A. **Investigando teoremas em ação mobilizados por alunos diante do Game Calculator em Cenários Inclusivos**. 2019, Educ. Mat. rev.vol. 24, n.64, p.71-87. Disponível em: <http://www.matematicainclusiva.net.br/pdf>. Acesso em: 28/10/20 às 22h:00min.

ONOFRE, Eduardo Gomes. **A noção de conflito, estrangeiro e confiança face o sujeito com deficiência: o caso do surdo**. Rev. Incl. Vol. 4. Num. 1, Enero-Marzo (2017), ISSN 0719- 4706, pp. 66-78.

OLIVEIRA, L.F.de; LIMA, Ivonaldo L.B. **As concepções da surdez na voz dos intérpretes de LIBRAS**. Educ. especial, v.32,2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/38515/html>.Acesso em: 27/10/20 às 11h:30min.

PEREIRA, A. de Sousa.et al. **O Conhecimento da Guarda Municipal de Curitiba a respeito da Língua Brasileira de sinais (Libras), da surdez e do surdo**.coDAS,v.32,n.4,2020.Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 29/10/2020 às 19h:00min.

QUADROS, Ronice Muller de. **O Tradutor e Interpretador de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília, 2004, pp. 1-89. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>. Acesso em: 07/10/20 às 21h:00min.

RIBEIRO, Rosângela Simão. **A importância da educação Bilingue na escola: Libras como primeira Língua para surdos**. Revista Educação Inclusiva-REIN, Campina Grande, v4, n.1, p.24-38, julho a dezembro, 2019.

SILVA, Naiane Cristina; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. **Compreendendo o Processo de inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: Uma revisão integrativa**. 2017. rev. bras. educ. espec. [on line]. vol.23, n 2, pp.293-308. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid. Acesso em: 10/06/2020 às 13:00 h:00min.

SILVA, Maria Odete E. da. **Educação inclusiva: Um novo paradigma de Escola**. 2011. rev. lusófona de educação. n.19, s/p. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo>. Acesso em: 14/10/20 às 11h:00min.

SANCHES, Isabel Rodrigues; SILVA, Polliana Barboza da. **A inclusão de estudantes surdos no ensino superior brasileiro: O caso de um curso de Pedagogia**. Rev. Port. de educação, v.32, n.1, jun. 2019. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872019000100011. Acesso em: 29/10/20 às 22h:00min.

SOARES, Christiano Cordeiro; CARNEIRO, Gilberto Rodrigues; ONOFRE, Eduardo Gomes. **O extermínio e a supressão dos direitos das pessoas com deficiência na antiguidade: a civilização greco-romana em foco**. Revista Mahpat. Número 2 – Enero / Junio 2018. ISSN 0719 – 7365. Editorial Cuadernos de Sofía. Santiago – Chile. 2018. Disponível em: <http://www.revistamahpat.com/gallery/1%20oficial%20articulo%202018%20mahpat%20num%20%20enerojunio2018.pdf>. Acesso em: 03/10/2020 às 23h:09min.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB). **Projeto pedagógico de Curso PPC: Matemática (Licenciatura) / Universidade Estadual da Paraíba CCT: Núcleo docente estruturante**. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Disponível em: <http://proreitorias.uepb.edu.br/prograd/download/0147-2016-PPC-Campus-I-CCT-Matematica-ANEXO.pdf>. Acesso em 03/10/2020 às 12h:00min.

VARGAS, Jaqueline Santos; GOBARA, Shirley Takeco. **Interações entre o Aluno com Surdez, o Professor e o Intérprete em Aulas de Física: Uma Perspectiva Vygotskiana**. 2014. Rev. Bras. Ed. Esp. vol.20, n.3, p.449-460. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbee/v20n3/09.pdf>. Acesso em: 11/09/20 às 22h:00min.

XIBERRAS, Martine: **As teorias da exclusão:** Para uma construção do imaginário do desvio. Ed. Instituto Piaget, Lisboa,1993.